



UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO SOBRE O SILÊNCIO ESCOLAR ESCOLARIZADO VELADO: as influências das tendências pedagógicas do século XXI¹

A BIBLIOMETRIC STUDY ON VELED SCHOOL SCHOOL SILENCE: pedagogical trends in teaching today

Jackeline Barcelos Corrêa

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem (PPGCL) da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Rio de Janeiro (Brasil).

E-mail: jackelinebarceloscorrea16@gmail.com

Eliana Crispim França Luquetti

Eliana Crispim França Luquetti é Doutora em Linguística - (Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Rio de Janeiro (Brasil).

E-mail: elinafff@uenf.br

Resumo

O presente estudo tem como objetivo realizar um levantamento bibliométrico a fim de evidenciar as pesquisas desenvolvidas no período (1993 até 2021) em que se abordasse as relações entre silenciamento escolar escolarizado, violência simbólica e os segmentos do Ensino Fundamental, assim com as áreas de conhecimentos que estabelecem interfaces no tratamento do tema acerca do silêncio velado, muitas vezes tomado como violência de diferentes naturezas durante a etapa do Ensino Fundamental do primeiro segmento. Para isso, realizou-se um levantamento bibliométrico, valendo-se da base de dados Scopus Elsevier. Em seguida, fez-se a análise dos dados obtidos por meio dos mapas produzidos pela ferramenta VOSviewer e da nuvem de palavras geradas no Wordclouds. Utilizou-se como teórico: Ferrarezi Jr. (2012), Bourdieu (2002), Charlot (1988), Bakhtin (1997) entre outros. Portanto, confirmou-se na análise de dados, que o índice de violência tem aumentado e existem poucas publicações em relação ao tema. Mediante os resultados constatados da pesquisa até o presente momento não foi encontrado na base de dados nenhuma publicação de autores brasileiros.

¹ Este texto é capítulo de parte da tese de doutorado, apresentado como requisito obrigatório parcial no Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem – PPGCL, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro do Estado do Rio de Janeiro

Palavras chaves: silenciamento; violência escolar; estudo bibliométrico.

Abstract

The present study aims to carry out a bibliometric survey in order to highlight the research carried out in the period (1993 to 2021) in which the relations between schooled school silencing, symbolic violence and the segments of Elementary Education were addressed, as well as the areas of knowledge that establish interfaces in the treatment of the theme about veiled silence, often taken as violence of different natures during the elementary school stage of the first segment. For this, a bibliometric survey was carried out, using the Scopus Elsevier database. Then, the analysis of the data obtained through the maps produced by the VOSviewer tool and the cloud of words generated in Wordclouds was performed. It was used as theorists: Ferrarezi Jr. (2012), Bourdieu (2002), Charlot (1988), Bakhtin (1997) among others. Therefore, it was confirmed in the data analysis that the rate of violence has increased and there are few publications on the subject. Based on the results found in the research, no publications by Brazilian authors have been found in the database so far.

Keywords: muting; school violence; bibliometric study.

Introdução

O estudo apresenta um levantamento bibliométrico com objetivo de pontuar as investigações desenvolvidas nos períodos (1993-2021) que se abordassem as relações entre silenciamento escolar escolarizado, violência simbólica e os segmentos do Ensino Fundamental I, como também de que forma as áreas de conhecimentos dialogassem sobre o tratamento do tema acerca do silêncio velado, que muitas vezes é mal compreendido e tomado como violência de diferentes naturezas durante essa etapa.

Além disso, foi feita uma retomada aos estudos das Tendências Tradicionais do Ensino no Brasil, para verificar antigas práticas de silenciamentos que ainda se perpetuam ou foram substituídas no cenário atual dos âmbitos escolares, que ficaram marcadas nos estudos desenvolvidos. Logo em seguida foi possível descrever as Tendências Pedagógicas de ensino na atualidade, e suas práticas por meio de fontes atuais.

Para isso, a metodologia utilizada foi o levantamento bibliométrico, fazendo uso

da base de dados Scopus, Elsevier, assim como, a análise dos dados obtidos por meio dos mapas da ferramenta VOSviewer e da nuvem de palavras do gerador Wordclouds. Dessa forma, o artigo se estruturou da seguinte forma: no primeiro tópico realizou-se um estudo sobre as definições sobre o silenciamento escolar escolarizado e o tratamento do silêncio.

Enquanto, no segundo tópico destacou-se as tipologias das violências que permeiam as práticas escolares, que na maioria das vezes são cometidas de maneira inconsciente e/ou sem intenção de deixar graves consequências; já no terceiro pontuou-se as tipologias de violência verbal, física, simbólica e psicológica como um instrumento silenciador nas práticas escolares, que envolvem atores da equipe escolar e principalmente alunos da convivência cotidiana desde a infância. No quarto tópico apresentam-se as Tendências Pedagógicas na atualidade e logo em seguida a metodologia e a bibliometria.

A metodologia da pesquisa selecionada foi o protocolo bibliométrico investigativo, para que fosse feita a busca com o foco na violência silenciada na escola.

Trata-se de um recorte da Tese de doutoramento do PPGCL (Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem da UENF (Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro) que obteve o apoio da FAPERJ (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro)². Logo em seguida optou-se pela busca de palavras que dialogassem com o tema proposto. Aqui, partiu-se da consideração de que o silenciamento se apresenta como um sintoma social que inicia com microviolências já arraigadas, que se inicia na própria casa, e se estende no contexto educacional e não devem ser normalizadas pela escola e pela sociedade.

1. Referencial Teórico

1.1 Definições sobre o silenciamento escolar escolarizado e o tratamento do silêncio

O conceito de violência simbólica foi criado pelo sociólogo Pierre Bourdieu para

² O SILÊNCIO ESCOLAR ESCOLARIZADO: uma proposta teórico-pedagógica crítica sobre as práticas pedagógicas e violência na escola

descrever o processo pelo qual a classe que domina economicamente impõe sua cultura aos dominados. Atribui esse problema aos mecanismos eliminatórios das diferentes classes sociais. Tal violência não é fruto da instrumentalização pura e simples de uma classe sobre a outra, mas é exercida por meio de jogos engendrados pelos atores sociais (Bourdieu, 1988).

A temática da Pedagogia do Silenciamento, cunhado Ferrarezi Jr. (2014) é, sem dúvida, elemento central na presente pesquisa de doutoramento. O autor afirma a existência da imposição do silêncio aos alunos e suas cicatrizes e cita “uma escola que não faz barulho em sua comunidade com o silêncio escolar escolarizado”.

O silêncio escolar escolarizado, no entanto, está no centro dessa discussão, teoricamente por meio da educação silenciadora que o aluno recebe como herança do ensino tradicional o aluno na maioria das vezes não percebe que está sendo vítima de uma violência simbólica, e por sua vez também o professor não se dá conta da própria prática de violência simbólica, entendendo a como exercício de autoridade e não de austeridade e crime (Bourdieu, 1988).

Quando a origem dos alunos é ignorada, transmitindo-lhes o “ensino padrão”, o sociólogo Bourdieu (1988) explica este processo pela ação pedagógica que perpetua a violência simbólica por meio de duas dimensões arbitrárias: o conteúdo da mensagem transmitida e o poder que se instaura a relação pedagógica exercida por autoritarismo.

Os alunos não só reconhecem os professores como autoridade, como também legitimam a mensagem que por eles transmitidos, recebendo e interiorizando as informações. Isso garante a reprodução cultural e social da classe dominante, enfatizando que o professor pertence a essa classe de poder.

Sendo assim, o autoritarismo e o silenciamento necessitam também de ser abordada nesse artigo, ao tratar de linguagem e subjetividade não podemos deixar de considerar o sujeito sem voz, como aquele que é colocado em desvantagem em relação aos “padrões” linguísticos estabelecidos pela sociedade. O sociólogo explica que o sujeito afásico rotineiramente é falado pelo outro e isso impede que esses indivíduos expressem a sua subjetividade por meio dos mais variados tipos de linguagem. Ao compreender a linguagem como ferramenta comunicacional e a fala como maior e melhor recurso para o uso da linguagem, automaticamente colocamos os sujeitos com comprometimentos linguísticos à margem da sociedade (Bourdieu, 1988).

A contextualização, a alteridade, a inserção do sujeito (sejam eles silenciados ou não)

nas esferas da sociedade, vão dando sequência à formação do ser, enquanto sujeito dotado de subjetividade. Esse processo jamais será estanque, uma vez que essa dinâmica está em constante resignificação segundo as explicações de (Bakhtin, 1997).

(...) nossa fala, isto é, nossos enunciados (que incluem as obras literárias), estão repletos de palavras dos outros, caracterizadas, em graus variáveis, pela alteridade ou pela assimilação, caracterizadas, também em graus variáveis, por um emprego consciente e decalcado. As palavras dos outros introduzem sua própria expressividade, seu tom valorativo, que assimilamos, reestruturamos, modificamos (Bakhtin, 1997, p. 314).

O tratamento do silêncio é uma forma de abuso emocional que tem como objetivo impor a própria vontade. De modo geral, é quase sempre assim quando trata-se de violência emocional, que se estabelecem nas relações escolares com os profissionais que atuam na escola, sendo ele professor, gestor ou coordenador da instituição.

Se estendendo a equipe de apoio ou até mesmo nas relações com as secretarias de educação: a pessoa que pratica os abusos (e que até pode estar convencida de que não há violência nos seus atos) procura controlar o comportamento do outro por meio do desrespeito, como por exemplo contida no assédio moral que é uma prática que está presente nas entrelinhas da violência silenciosa e velada.

Evidenciou-se na literatura que o silenciador está demasiado centrado nas próprias necessidades e utiliza a retirada dos gestos de afeto para castigar e impor a sua própria vontade, seja ele criança, ou adulto. Muitas vezes o amuado com ou sem arrependimento só desaparece depois de a sua vontade se tornar satisfeita. E, mesmo assim, pode levar algum tempo até que a normalidade seja respondida.

A escola busca a formação para educar, instrumentalizar de saberes necessários, jamais para reprimir e castigar as crianças, muito menos silenciar os alunos.

Portanto, todos os tipos de violência institucionalizada na escola e compreendidas apenas como microviolências emergem de maneira silenciosa, tornando atos de grande magnitude e deixando vestígios negativos emocionais que se estendem até a vida adulta.

1.2 A violência como instrumento silenciador nas práticas escolares

Neste tópico da presente pesquisa, buscamos apresentar as diferentes formas incivilizadas de silenciamento na escola e nos subtópicos as tipologias de violência que permeiam o processo educativo dos alunos no início de sua escolarização. Para tanto, foram consultados autores como: Charlot (2002), Bourdieu (1988), Bakhtin (1997), entre outros, concomitante às leis do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) que asseguram a proteção da criança contra qualquer tipo de violência e as definições da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2019) em relação a temática em pauta.

O processo educativo e a formação para a cidadania percorrem todo esse trabalho com o foco redesenhar o silenciamento e a violência a partir dos diferentes tipos de violências na escola, perpassando pelo tratamento do silêncio visando favorecer a construção de uma sociedade mais democrática e justa, objetivando promover uma educação baseada nos direitos humanos, éticos e sociais de maneira mais tolerante e respeitosa visando uma educação para a paz.

Na contemporaneidade ocorreram mudanças na educação e na sociedade, principalmente no que diz respeito às formas de se aprender e ensinar. Faz-se necessária a promoção de uma educação embasada na cultura de paz nas escolas com base nas leis brasileiras.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) em seu artigo 5º aborda e deixa claro que “nenhuma criança ou adolescente será vítima de negligência, crueldade, violência e opressão”. A lei é clara e a privação de direitos ainda prevalece no cotidiano da escola na negação de direitos essenciais dos alunos.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define a violência como o uso de força física ou poder, ameaça ou sofrimento, morte, danos psicológicos e privação. Então, compreende-se que a manipulação perversa faz parte do abuso de poder e causam prejuízos à saúde mental e física de trabalhadores e alunos da Educação Básica.

A Violência é definida pela Organização Mundial da Saúde como:

(...) o uso intencional de força física ou poder, ameaçados ou reais, contra si mesmo, contra outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade, que resultem ou tenham grande probabilidade de resultar em ferimento, morte, dano psicológico, mau desenvolvimento ou privação, embora o grupo reconheça que

a inclusão de “uso do poder” em sua definição expande a compreensão convencional da palavra (OMS, 2021).

No ambiente escolar, as incivildades incluem pequenos atos de agressividade, que partem dos agressores quebrando regras que raramente são penalizadas, sendo tratadas como pequenos delitos ou comportamentos naturais de determinadas fases de idade. São normalizados também os insultos, intimidações e apelidos cruéis e constrangedores que magoam, hostilizam e ridicularizam alunos e professores, os levando à exclusão, além dos danos físicos, psicológicos e morais.

As incivildades são acometidas dentro e fora da instituição escolar de maneira silenciosa e deixam marcas que os alunos carregam para suas vidas, se caracterizam pelas humilhações, falta de respeito, o desprezo silencioso pelo aluno ou entre os alunos ou até mesmo entre o corpo docente da escola.

Na maioria das vezes as incivildades são invisíveis aos olhos dos atores que convivem na escola. Elas não se pautam pelo uso da força física, mas podem ferir profundamente, minando a autoestima das vítimas e fomentando sentimentos de insegurança acentuando o silêncio e exclusão e invisibilidade do silenciado e do silenciador sobre a violência acometida:

A existência de uma violência marcada por formas de invisibilização, diz respeito a conotações que face à sua naturalização, são aceitas passivamente, em diferentes contextos, urdida na trama social. Com efeito, o reconhecimento deles, visa a desnaturalização de “nós” difíceis de serem desfeitos, haja vista o combate a um inimigo cuja visibilização não é física (...) (Melo; Moura, 2021, p. 1483).

A violência invisível citada pelos autores é parte integrante do cotidiano da escola que com o tempo se tornou um fenômeno normalizado de maneira grandiosa na violação dos direitos:

Se pode entender a violência invisível presente no cotidiano escolar, como uma das formas insidiosas e viróticas desse mau. Mas, a escola tem convivido com formas de violação e os seus efeitos vão se incorporando à rotina dela que se perde a percepção de sua existência. Apesar disso, elas vão sendo reformuladas, assumindo novos contornos e “tons”. No entanto, o caráter deletério da violência verbal ou física na escola, continua a atingir educadores que agredem-se. Disseminar os valores da educação formal, exige o exemplo “das” e “nas” práticas docentes e, entre docentes, independente da posição laboral deles (Melo; Moura, 2021, p. 1483).

Diante desse cenário, verificou-se que a violência invisível citadas pelos autores é parte integrante do cotidiano da escola que com o tempo se tornou um fenômeno normalizado de maneira grandiosa na violação dos direitos das crianças e dos adolescentes, que são garantidos pela Constituição Federal (CF,1988), como pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 2014) com o amparo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996 - Brasil, 1996).

Isto posto, algumas dessas manifestações caracterizam os comportamentos violentos no âmbito escolar, trata-se de uma prática normalizada, este fenômeno comportamental atinge a área mais preciosa, íntima e inviolável do ser, a sua alma. Envolve e vitimiza a criança na idade escolar tornando-a refém da ansiedade e de emoções que interferem negativamente nos seus processos de aprendizagem devido à excessiva mobilização de medo, de angústia e raiva reprimida.

1.3 Tipologias das violências que permeiam as práticas escolares

Neste subtópico da pesquisa, buscou-se apresentar as tipologias de violências que permeiam as práticas escolares. Para tanto, foram consultados os estudos Charlot (2002), concomitante aos dados do relatório (OCDE, PISA, 2015), os dados estatísticos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) contendo dois depoimentos no que se refere a violência no Brasil.

A violência física é a mais explícita desse fenômeno, com o destaque nas ameaças. E se tratando do professor como vítima, uns dos principais motivos encontram-se nas desavenças com alunos ocasionados por notas, pelo uso de autoritarismo e austeridade acometida pela parte do professor, ou pelo nível de exigências e falhas disciplinares cometidas em sala de aula. As ameaças mais comuns são as promessas de retaliações físicas ameaçando alunos e professores após o horário escolar.

Charlot (2002) afirma que um incidente em maiores proporções acontece em um contexto onde a tensão é constante gerada por pequenos conflitos do cotidiano mal resolvido. Isso requer uma ampliação do diálogo para que pequenas fontes de tensão sejam trabalhadas para evitar problemas futuros de maiores gravidades.

Neste contexto, as brigas dentro e fora da escola são consideradas corriqueiras, surgindo a banalização da violência, a violência simbólica que é a mais silenciosa. Ela

se apresenta nas entrelinhas nas práticas escolares de maneira sutil e muitas vezes imperceptível e é entendida como microviolências. As pesquisas realizadas no ano de (OCDE, PISA, 2015) já traziam esses dados:

Três em cada dez alunos de 15 anos no Brasil afirmam sofrer bullying “algumas vezes ao mês”, segundo dados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa, na sigla em inglês). Os jovens brasileiros são alvo desse tipo de violência com mais frequência e em mais formas do que a média dos países-membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (PISA, 2015).

Segundo os dados estatísticos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) desde 2015, os organizadores do PISA perguntam aos alunos sobre experiências de Bullying (o que pode envolver intimidações físicas ou verbais) no ambiente escolar. Entre os países da organização, 22,3% relatam sofrer bullying com frequência (PISA, 2015).

A violência verbal foi constatada na considerável proporção de estudantes brasileiros que sofrem as diferentes formas de bullying é maior do que a média. No Brasil, 16% relatam ter sido alvo de agressões verbais, 10% dizem ter sido ameaçados, 12% afirmam ter seus pertences roubados ou destruídos e 9% dizem ter sido agredidos fisicamente – na média da organização, os percentuais foram 13%, 5,5%, 6% e 7%, respectivamente (PISA, 2015).

Aproximadamente um em cada dez adolescentes (13,2%) já se sentiu ameaçado, ofendido e humilhado em redes sociais ou aplicativos. Consideradas apenas as meninas, esse percentual é ainda maior, 16,2%. Entre os meninos é 10,2%. Os dados fazem parte da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) 2019, divulgada hoje (10) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021).

Sendo assim, os percentuais indicam a necessidade de políticas públicas voltadas para uma educação para a paz, em prol de minimizar os conflitos violentos no âmbito escolar. A educação atual está amparada pelo o Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (PMEDH), promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU) para Educação, Ciência e Cultura para os Direitos Humanos, e tem como objetivo visa apresentar a gestores públicos e militantes de DH subsídios e orientações para a elaboração de programas educacionais embasados no respeito aos DH. Para a UNESCO:

Aproveitando as bases estabelecidas durante a Década das Nações Unidas

para a matéria de Direitos Humanos (1995–2004), esta nova iniciativa reflete o reconhecimento cada vez maior, por parte da comunidade internacional, de que a educação em Direitos Humanos produz resultados de grande alcance. Ao promover o respeito da dignidade humana e a igualdade, bem como a participação na adoção democrática de decisões, a educação em Direitos Humanos contribui para a prevenção em longo prazo de abusos e de conflitos violentos. (UNESCO, 2006, p. 2).

Os autores consideram em seus estudos a necessidade do professor dialogar com os alunos constantemente para mediar conflitos:

Nesse sentido, o professor precisa exercitar constantemente uma autocrítica, para confrontar posturas, discursos, convicções, valores arraigados, preconceitos e formas de ver o mundo. Isso pressupõe uma reflexão permanente para que esteja sempre atento às próprias atitudes e, muitas vezes, aos próprios pensamentos, num processo de autoanálise em construção. A EDH parte, em grande parte, da decisão política do professor disposto a assumir os DH como compromisso e determinação, formando cidadãos não só a partir de sua ação como docente, mas também como profissional e ser humano (Cordeiro; Friede; Miranda, 2023, p. 27).

Portanto, todos os tipos de violência já não cabem nas Tendências Pedagógicas na atualidade, que prima pelo diálogo entre os atores da escola que visa uma educação pela que primam pelo respeito mútuo.

1.4 Tendências Pedagógicas na atualidade

Já neste subtópico destacou-se as Tendências Pedagógicas pautadas nos estudos do Freire (1996) e Libâneo (1990) que são autores clássicos. Novas demandas e hábitos de consumo pelos alunos surgem na era atual e determinam demandas diferenciadas a serem exploradas pelas escolas de acordo com as diferentes realidades e contextos. Assim sendo, os autores mencionados têm potencial para se tornarem uma tendência pedagógica no século XXI.

No século XX, a educação brasileira tem sido marcada pelas tendências liberal e progressista, ora conservadora, ora renovada. Tais tendências aqui mencionadas manifestam-se nas práticas escolares, bem como no ideário pedagógico.

A Tendência Liberal é sustentada pela ideia de que a escola tem como função preparar seus alunos para o desempenho de papéis sociais, de acordo com a aptidão e competências particulares de cada aluno. Já a pedagogia progressista alicerça uma educação que leva em consideração o indivíduo como um ser que constrói sua própria

história, sendo o mesmo protagonista da própria aprendizagem. O desenvolvimento individual se apresenta por meio de compartilhamento de ideias, informações, responsabilidades, decisões e cooperação entre os indivíduos.

A pedagogia Progressista caracteriza-se por um processo que prima por transformação social. Instiga o diálogo constante, a criticidade, a discussão coletiva como forças propulsoras de uma aprendizagem significativa, e contempla os trabalhos coletivos, parcerias e a consciência crítica e reflexiva dos alunos e professores.

O paradigma progressista considera o indivíduo responsável por construir a sua própria história e admitindo divergências em busca equilíbrio, dialoga e admite contradições, a escola deve respeitar a ideia de que cada indivíduo no grupo tem sua própria leitura de mundo.

O educador Paulo Freire (1996) é um precursor da abordagem progressista e afirma que o homem é o sujeito da educação e apresenta-se como um homem concreto. Já os estudos de Libâneo (1990) afirmam que a pedagogia progressista manifesta-se em três tendências: a libertadora; a conhecida como pedagogia de Paulo Freire, a libertária, que reúne os defensores da autogestão pedagógica, e a crítico-social dos conteúdos, que prioriza os conteúdos no seu confronto com as realidades sociais.

A escola progressista precisa estabelecer trocas de diálogo, inclusão, de inter-relação, de atividades que levem a transformação de enriquecimento mútuo. Tem como função social ser politizada e politizadora, provocando a intervenção para a transformação social.

O docente progressista busca por meio do diálogo a produção do conhecimento, ele é um mediador entre o saber elaborado e o conhecimento a ser produzido, e instrumentaliza seus alunos para se inserirem no meio social com a consciência crítica, respeitando suas opiniões (Freire, 1996).

O aluno progressista junto com o professor faz uma investigação e uma discussão coletiva para buscar o conhecimento como sujeito crítico, dinâmico e participativo do processo. Caracteriza-se como um sujeito ativo e criativo, que confia em si mesmo e que tem uma relação dialógica com o professor e com a turma a qual está inserido. A metodologia progressista prima pela a comunicação dialógica e seu ponto de partida é a prática social, que constitui o fundamento e a prática pedagógica significativa (Freire, 1996).

A abordagem progressista visa à produção do conhecimento e provoca a reflexão crítica na ação, e para a ação. O ensino centrado na realidade social leva o professor e os alunos a refletirem e analisarem os problemas relacionados com o meio social, econômico e cultural da comunidade em que vivem, tendo em vista a ação coletiva frente aos problemas (Freire, 1996).

As influências das tendências do século XXI abarca a personalização da aprendizagem, também emerge nos últimos tempos para pôr em prática o entendimento de que cada aluno tem necessidades diferentes métodos de aprendizagem e aparatos tecnológicos com a influência das metodologias ativas. Com isso, se permite que, em um mesmo período, os estudantes avancem em disciplinas individuais ou estudem temas variados, segundo o seu próprio ritmo, suas possibilidades de acesso aos aparatos tecnológicos. Algumas práticas escolares predominam mais e outras menos, bem como no ideário pedagógico que precisa ser desmistificado em relação à educação silenciadora, que pune e castiga nas entrelinhas do cotidiano escolar.

No Século XXI – pedagogia das conexões, redes, trocas e do compartilhamento, a educação se beneficia por poder lançar mão e aproveitar as contribuições de inúmeras áreas de estudo e tendências pedagógicas em prol de incluir, integrar, adaptar e aplicar as teorias pedagógicas existentes à realidade escolar interdisciplinar atual de maneira mais humanizada e respeitosa.

2. Metodologia

Aqui mostrou-se os procedimentos metodológicos da pesquisa que se realizou por meio de uma revisão bibliográfica e bibliométrica a partir do protocolo investigativo estabelecido de “violência escolar”, fazendo uso da base de dados Scopus Elsevier. Em seguida, fez-se a análise dos dados obtidos por meio dos mapas da ferramenta VOSviewer e da nuvem de palavras do gerador Wordclouds e os resultados tabulados a partir da própria plataforma. A análise bibliométrica foi feita, a fim de identificar artigos acadêmicos relacionados ao presente estudo que deve ser organizado o tratamento dos resultados obtidos e a interpretação (inferência-interpretação controlada), tendo como base a análise documento e o levantamento bibliométrico. Nas considerações de Leite et al. (2019):

A bibliometria, portanto, pode ser entendida como uma trilha de conhecimento e pesquisa complementar no desenvolvimento de estudos que buscam sistematizar a literatura acadêmica em determinado assunto. Tal complemento é alcançado na medida em que a quantificação de dados bibliográficos sobre determinado assunto (...) (Leite et al., 2019, p. 9).

Trata-se de uma pesquisa exploratória, cujo procedimento seguinte foi o levantamento bibliométrico. No referencial bibliográfico sobre a bibliometria recorreu-se aos estudos teóricos de (Souza; Ribeiro, 2013), Urbizagastegui, (2016), Leite et al. (2019) entre outros pesquisadores sobre a temática.

A análise bibliométrica é uma série de técnicas de pesquisa cujo foco é mensurar, de forma quantitativa, as publicações científicas de um autor ou Instituto de Ensino Superior (IES) em periódicos acadêmicos com seleção arbitrada (Souza; Ribeiro, 2013), por meio de padrões e métodos matemáticos e estatísticos (Francisco, 2011), usando, com isso, seus resultados para preparar previsões e apoiar a tomada de decisão (Borba; Hoeltgebaum; Silveira, 2011).

Vale ressaltar que no período da bibliometria foram encontrados 480 artigos publicados por ano, entre 1993 e 2021, para delimitar o período da pesquisa.

Portanto, os resultados e a compilação dos dados bibliométricos são de alta precisão e remetem a carência de produção científicas em relação ao tema em pauta, pois o silenciamento escolar não aparece em momento nenhum nas buscas por publicações

2.1 Os resultados do protocolo bibliométrico investigativo

O protocolo bibliométrico passa pela escolha das palavras de busca, o foco da pesquisa foi o silêncio escolar escolarizado, que são os castigos silenciosos que ainda perpetuam as práticas pedagógicas. Foi realizado um protocolo com operador lógico “silenciamento escolar” de expressão e filtros aplicados, sem obter sucesso, pois os artigos estavam voltados para a Educação Especial, em revistas com o foco na Psicologia Escolar.

Destacaram-se os Periódicos das Revistas Brasileiras de Educação Especial e Revistas Portuguesas de Educação. Os autores citados nos Periódicos são contextualizados nas áreas de Neuroeducação, Educação Especial, Inclusão, Estudos de gênero e fracasso escolar, entre eles artigos repetidos.

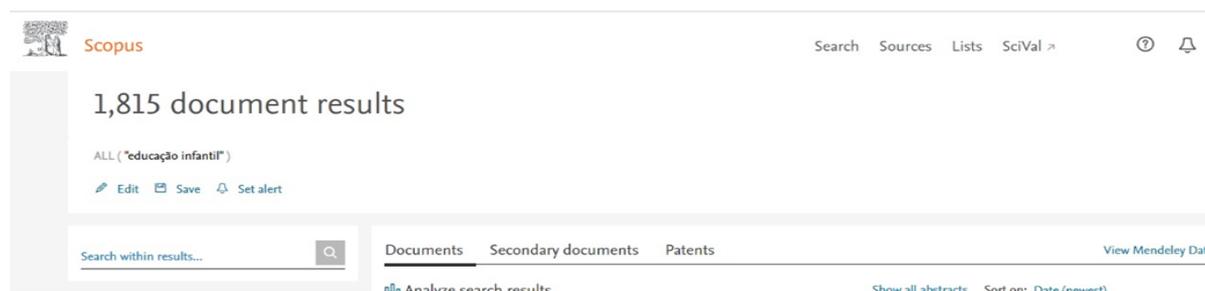
Sendo assim, após uma sistemática revisão bibliográfica sobre esse tema,

buscou-se verificar uma pesquisa bibliométrica com as palavras-chave, foram encontrados artigos relacionados a Educação Especial e referentes aos grupos de exclusão por gênero.

A pesquisa bibliométrica foi realizada utilizando a busca rápida, nos operadores lógicos que disponibiliza publicações que apresentem a(s) palavras digitada(s) no título, no resumo ou nas palavras-chaves.

O escopo da pesquisa foi composto por uma busca de dados a partir das palavras “.....” AND “.....” and “.....” A pesquisa utilizando a busca com as palavras Educação Infantil e Violência, resultou em um número significativo de pesquisas, perfazendo um total de 1.815 documentos. Por questão das terminologias, nas buscas por essas palavras elas englobam a Educação durante a infância, que no Brasil separa a Educação Infantil do Ensino Fundamental.

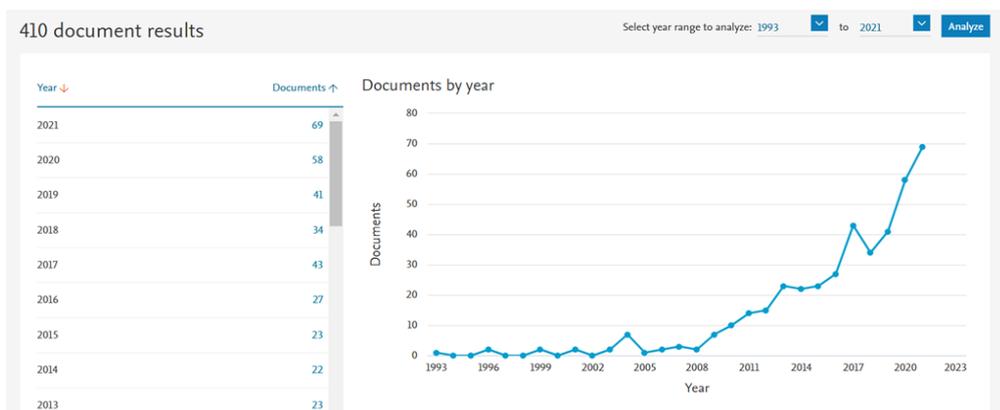
Figura 1- Print da página inicial da base de dados Scopus Elsevier



Fonte: Scopus Elsevier, 2021.

A partir desses resultados de 1.815 documentos encontrados, foi feito um filtro e foram encontrados 480 artigos publicados por ano, entre 1993 e 2021, constata-se um crescimento evidente nas publicações logo após o ano de 2008 até o ano de 2021.

Figura 2- Print da página de resultados da base de dados Scopus Elsevier



Fonte: Scopus Elsevier, 2021.

É importante ressaltar que em 1993 até o ano de 2010, aproximadamente não há menção nas publicações sobre a temática pelos pesquisadores do mundo inteiro. E a partir do ano de 2017 teve um número maior de publicações, perfazendo um total de mais de 40 artigos. E que logo em seguida houve um declínio nas publicações sobre a temática que em 2020 chegou a um número significativo de publicações.

Mediante os resultados obtidos até o presente momento foram encontrados 410 documentos, para amostra de base deste estudo, no período de 1993 até 2021, com o objetivo de verificar a quantidade de publicações por ano e autor. Para esse processo investigativo a base de dados escolhida foi a plataforma Scopus Elsevier, uma vez que é considerada indexadora de livros e revistas científicas.

Para esse processo investigativo a base de dados escolhida foi a plataforma Scopus Elsevier, uma vez que é considerada indexadora de livros, revistas científicas e demais publicações, sendo classificada como a maior em termos de banco de dados de resumos e citações com revisão por pares.

É possível conferir o conteúdo de mais de 75 milhões de registros, 24.600 títulos ativos e 5.000 editores, os quais são selecionados por um comitê rigoroso de revisão e que usam metadados para conectar pessoas, instituições publicadas e ideias (Elsevier, 2020).

Nesta figura os resultados ilustram 410 documentos por autor como apresentado nos documentos abaixo, foi feito um recorte entre os anos de 2013 e 2021.

Figura 3- Print da página de resultados da base de dados Scopus Elsevier



Fonte: Scopus Elsevier, 2021.

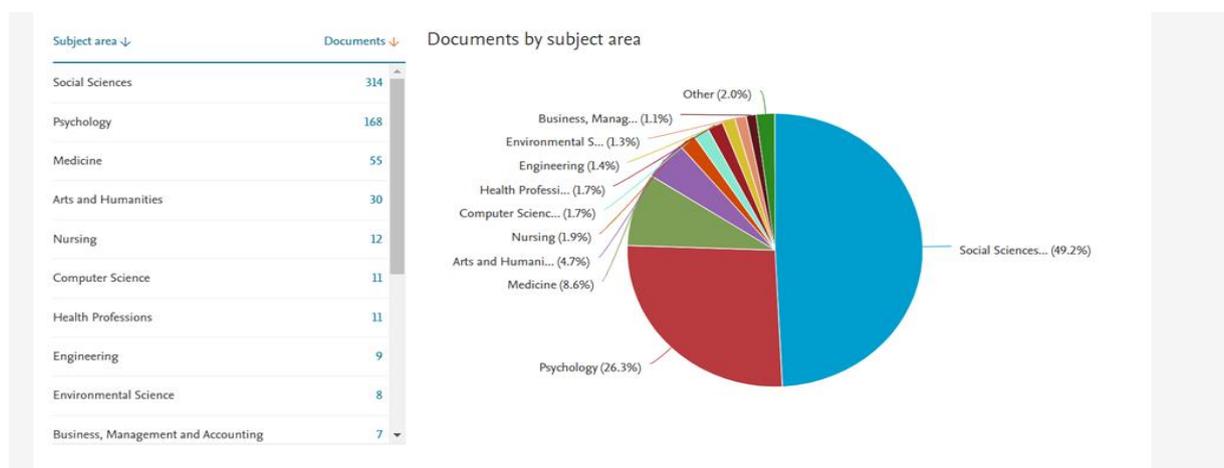
Em seguida o gráfico valida as publicações por afiliação foi feito o mesmo recorte, bem como a publicação por área. Esses dados corroboram com a constatação da ausência de publicações na área da Educação. Esse é um dado relevante da carência de estudos.

O gráfico abaixo apresenta 49,2% das publicações na área de Ciências Sociais, 26% na área da Psicologia, 8,6% na área da Medicina, 4,7% na área das Artes e Humanidades, e números menores em relação a outras áreas de conhecimento. Na área da específica da Educação, não apresenta nenhum resultado.

A área específica que necessita de pesquisas constantes no que se refere à educação das crianças na etapa da escolarização é a mais carente em produção científica.

Neste sentido, destaca-se aqui a relevância de fomentar novos dos estudos para que se estabeleça novas discussões, publicações em prol de minimizar as questões referentes a violência na escola.

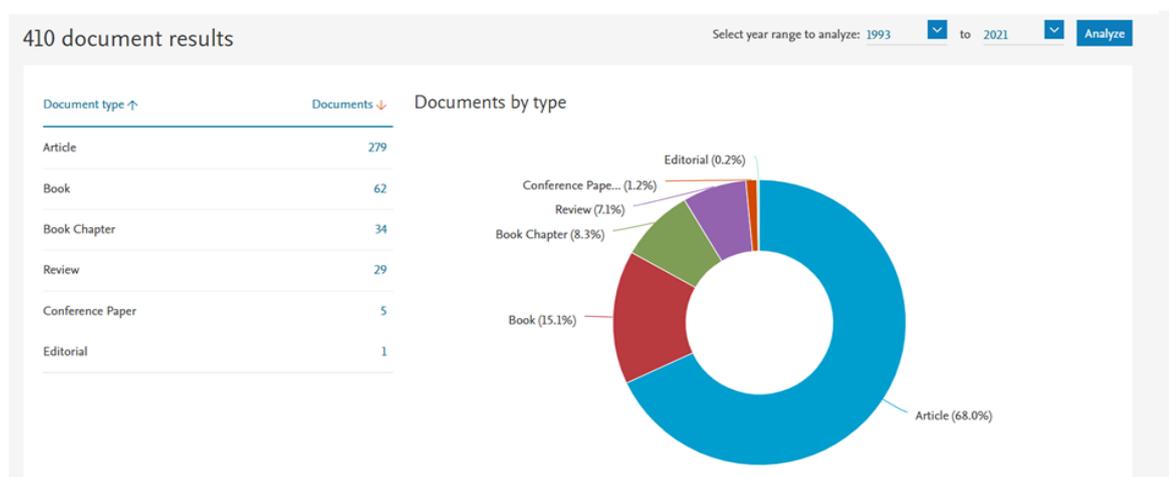
Gráfico 1– Gráfico de documentos por área do conhecimento



Fonte: Scopus Elsevier, 2022.

A publicação por tipo apresentada no gráfico seguinte justifica-se a relevância da tese em pauta, de não haver publicações por tipo na área da Educação. Evidencia-se a necessidade das pesquisas na área específica da Educação e com o foco nas violências escolares.

Gráfico 2– Gráfico de documentos da Publicação por tipo



Fonte: Scopus Elsevier, 2022.

Verificou-se que nas palavras Wordmap de palavras-chave elaborado no VOSviewer “ estão presentes os atores sociais, que são as crianças e adolescentes, E os temas relacionados ao a violência que o silenciamento causa é comum em todas as partes do mundo, gerando as mesmas consequências: bullying, cyberbullying,

Enfim, mediante os resultados trata-se de dados relevantes, que convergem com o fenômeno da violência entre os atores sociais que estão presentes na escola. Escola essa que se apresenta como um campo de disputa de poderes, atitudes, palavras destrutivas, abuso de poder, perversidade e outras punições psicológicas silenciosas, somatizadas as violências físicas que se resultam em sérias patologias ou até mesmo em morte.

As crianças se tornam algozes de atitudes caóticas e transtornadas de outros alunos e/ou até mesmo de professores que não podem normalizar as microviolências, que estão se tornado macro diante dos olhos da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante a literatura consultada e a análise bibliométrica o fenômeno da violência está estreitamente ligada ao biopsicossocial do homem. Constatou-se que o silenciamento se apresenta como um sintoma social que inicia com microviolências já arraigadas no contexto educacional.

O objetivo da pesquisa foi alcançado, pois trouxe reflexões sobre o silêncio velado durante a etapa do Ensino Fundamental I do primeiro segmento. Metodologicamente, realizou-se uma revisão sistemática bibliográfica e bibliométrica a partir do protocolo investigativo estabelecido sobre a “violência escolar”, a partir da compilação de dados e de diferentes teóricos que abordam a temática.

A pesquisa bibliométrica descreveu a produção científica sobre a violência escolar, em prol de apontar dados e indicar pontos relevantes diante da magnitude da demanda da produção científica no Brasil e no mundo. Confirmou a falta de publicações sobre a temática na área da Educação, somente nas áreas da Psicologia e Ciências Sociais.

A pesquisa bibliográfica apresentou reflexões sobre as tendências pedagógicas consideradas modernas e progressistas. E finalmente buscou-se enfatizar as influências que se perduram até os dias de hoje, em prol de enfatizar que há uma necessidade de abolir as práticas de violência herdadas das tendências

tradicionais que marcaram a história da educação no Brasil e chega-se à conclusão que todas elas tiveram benefícios e malefícios irreparáveis, principalmente no que tange a violência nas escolas e o silêncio escolar escolarizado.

Isto posto, espera-se que as análises bibliométricas possam abarcar profícuos resultados métricos para que os pesquisadores possam conduzir o seu trabalho científico de maneira multifacetada. É de suma importância uma análise detalhada das informações adquiridas no processamento desses dados na escrita científica nacional.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. M. *Os gêneros do discurso*. Estética da criação verbal. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 2006. São Paulo: Hucitec. In: Estética da criação verbal. São Paulo: Hucitec, 1997.

BORBA, M. L. de; HOELTGEBAUM, M.; SILVEIRA, A. *A produção científica em empreendedorismo: análise do Academy of Management Meeting: 1954-2005*. In: Revista de Administração Mackenzie, v. 12, n. 2, p. 169-206, 2011. Disponível em: www.scielo.br/j/ram/a/fqnWH9nmPMshw7LJtn9YkBQ/ Acesso: 05 fev. 2023.

BOURDIEU, P., *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: ed. Contexto: 1999.

BOURDIEU, P.; *A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à Cultura*. In: Escritos da Educação. Rio de Janeiro: ed. Vozes, 1988.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em: 25 fev. 2023.

BRASIL. Lei Nº 8.069, de 13 de junho de 1990. *Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências*. Diário Oficial da União, 27 set. 1990. Acesso em: 12 fev. 2023.

BRASIL. Lei Nº 13.010, de 26 de junho de 2014. Altera a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. *Estatuto da Criança e do Adolescente*, e altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, 3 jul. 2014.

CHARLOT, B. *A violência na escola: como os franceses abordam essa questão*. Sociologias: Porto Alegre, 2002.

CHARLOT, B. *A mistificação pedagógica: realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação*. São Paulo: Cortez, 2013. 44. In: Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 27, n. 102, p. 24-46, jan./mar. 2020.

CORREIO BRASILIENSE, FOLHA DE SÃO PAULO de 04 de dezembro 2019. PISA:

três em cada dez alunos dizem sofrer bullying na escola
<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2019/12/04/interna-brasil,811404/pisa-tres-em-cada-dez-alunos-dizem-sofrer-bullying-no-colegio.shtm>

CORDEIRO, F.A. V. ; FRIEDE R. R.; MIRANDA, M. G. Educação em direitos humanos na perspectiva de docentes da rede pública do Rio de Janeiro. *In: Revista Brasileira de Educação* v. 28 e 280019, 2023.

CUBAS V. O.; ALVES R.; RUOTTI C. *Violência na escola: um guia para pais e professores*. São Paulo: Andeph, 2006.

ELSEVIER, Scopus: *Sobre a Elsevier*. Disponível em: Acesso em: 30.jul.2020.

FERRAREZI Jr. C. *Pedagogia do silenciamento: a escola brasileira e o ensino de língua materna*. 1ª ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

FRANCISCO, E. R. RAE-eletrônica: exploração do acervo à luz da bibliometria, geoanálise e redes sociais. *In: Revista de Administração de Empresas*, v. 51, n. 3, p. 280-306, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/STWrjwqRdFMmdKTMncYLbj/> Acesso em: 04 fev. 2022.

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

IBGE, *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*, 2021. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-09/ibge-um-em-cada-dez-estudantes-ja-foi-ofendido-nas-redes-sociais> Acesso: em 12 de maio. de 2022.

LEITE, R. A. S, et al. *Bibliometria como trilha de conhecimento e pesquisa Anais do V ENPI – ISSN: 2526-0154*. Florianópolis/SC - 2019. Vol. 5/n. 1/ p.01-06. Disponível em: <https://www.coursehero.com/file/97101693/DR-ENPI-2019-Bibliometriapdf/> Acesso em: 02 fev. 2022.

LIBÂNEO, J. C. *Democratização da Escola Pública*. São Paulo: Loyola, 1990.

MELO, E. F; MOURA, D. B. Uma violência invisível em educação: o assédio moral *In: Revista Philologus*, Ano 27, n. 79 Supl., Rio de Janeiro: CiFEFiL, jan./abr.2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS — ONU. *Declaração universal dos direitos humanos*. [s.l.]: Nações Unidas, 1948. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91601-declaracao-universal-dos-direitoshumanos>. Acesso em: 21 ago. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS — ONU. *Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. [s.l.]: Nações Unidas, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 28 ago. 2022.

SOUZA, M. T. S. de; RIBEIRO, H. C. M. Sustentabilidade ambiental: uma meta-análise da produção brasileira em periódicos de administração. *In: Revista de Administração Contemporânea*, v. 17, n. 3, p. 368-396, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/Bjdm8Ncw8mkp8scyH7bdKKc/> Acesso em: 02 fev. 2022.

URBIZAGASTEGUI, R. La Bibliometría, Informetría, Cienciometría y otras "Metrías" en el Brasil. *In: Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, v. 21, n. 47, p. 51-66, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/147/147469> Acesso: 03 fev. 2022.